

CIÊNCIA DEMOGRÁFICA E POPULAÇÃO AÇORIANA
o nosso tributo
à contribuição pedagógica e científica
de Artur Boavida Madeira

por
Gilberta Pavão Nunes Rocha *

Ciência Social reconhecida pela sua componente fortemente interdisciplinar, a Demografia tem vindo a impor-se, cada vez mais, como central no conhecimento e produção da investigação realizada na actualidade e configura muitas das grandes questões do debate científico e político deste novo século. Destacam-se, para o mundo ocidental, o *Envelhecimento Demográfico* e a *Mobilidade*, características e variável essenciais desta ciência, mas também com vastas repercussões na pesquisa das áreas económica, financeira, sociológica, política e histórica, apelando, neste caso, não só a acontecimentos temporalmente não muito distantes, como ainda a conhecimentos históricos de um passado bastante recuado, tanto da Europa como de outras zonas geográficas e culturais.

No que respeita ao Envelhecimento Demográfico, embora os dois temas – do envelhecimento e da mobilidade – estejam bastante interligados, relevam-se em termos económicos e financeiros os estudos respeitantes aos custos associados à segurança social e à saúde, tanto no que respeita ao sistema de financiamento das reformas, como ao aumento do número de equipamentos e pessoal especializado na prestação dos cuidados de saúde, em sociedades em que o Estado detém muitas destas responsabilidades.

* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

Em termos sociais, com reflexos também na análise financeira, há a sublinhar o conhecimento a nível sociológico, psicológico e das ciências da saúde relativo ao apoio aos mais idosos. No fundo, todo um conjunto de meios materiais, técnicos e humanos, cada vez mais sofisticados e especializados, que podem possibilitar uma qualidade de vida adequada a um grupo populacional em expansão e que, em contradição com o que acontecia no passado, muito dificilmente pode contar com o apoio familiar.

Relativamente à Ciência Política e Relações Internacionais, a interligação com a Demografia, mais dirigida à Mobilidade, toma como base essencial a comparação entre o ritmo de crescimento e as diferenças na estrutura etária dos países desenvolvidos, demograficamente envelhecidos, e os países em vias de desenvolvimento, demograficamente jovens. Enquadra-a numa perspectiva e prospectiva mundial, de crescimento da importância relativa de países ou regiões totalmente distintas, cuja tónica de debate surge em torno das questões da segurança internacional, em que centralidade está, em parte, na análise da imigração. Releva-se nestes últimos aspectos a igual importância de um leque bastante alargado do conhecimento em História, tanto nas suas vertentes políticas e sociais como de cultura civilizacional.

Já nas questões ambientais, em que se sublinha igualmente a diferenciação entre os ritmos de crescimento e a distribuição da população a nível mundial, as ciências geográficas, designadamente a climatologia, sobressaem nas consequências daí provenientes, mas que não podem ser dissociadas também dos tipos de desenvolvimento económico existentes e a implementar nos diversos países e regiões.

Em todos os casos, e integrados nos fenómenos anteriormente referidos, adquire particular relevância a análise prospectiva, baseada na simulação de projecções demográficas, tendo como ponto de partida hipóteses alternativas que originam cenários cuja plausibilidade possibilita a tomada de decisões nos diversos campos do saber e da acção política.

Todos estes assuntos têm vindo a ser cada vez mais estudados, designadamente no nosso país, em ópticas disciplinares bastante abrangentes. Se, em algumas situações, propiciam um aprofundamento dos estudos essencialmente demográficos, outras há em que se assiste a uma situação inversa, ou seja, a metodologia e as técnicas próprias da Demografia contribuem para um conhecimento mais rigoroso de outras ciências, quer as que se integram nas classificações das ciências humanas e sociais, como é caso da História, da Sociologia ou da Ciência Política, quer nas das ciências exactas, biológicas e da saúde, como, por exemplo, a Matemáti-

ca – em especial a Estatística, a Biologia, a Genética ou a Medicina, como pudemos exemplificar a propósito das problemáticas do Envelhecimento Demográfico e da Mobilidade. Hoje, esta disciplina está presente em todas as universidades portuguesas,¹ num elevado número de licenciaturas², mas também em mestrados e doutoramentos de várias áreas, além dos existentes em cursos de mestrado específicos.

Todavia, em muitos países, dos quais Portugal é um dos exemplos, esta ciência surge, designadamente a nível universitário³, tanto na docência como na investigação, em grande parte associada aos estudos históricos, contribuindo, desde então, para um melhor conhecimento das sociedades do passado, designadamente das épocas moderna e contemporânea⁴. Todavia, mesmo sem ser numa óptica demográfica mas histórica, são inúmeros os exemplos de trabalhos anteriores centrados em variáveis demográficas, em especial na emigração, considerada por Joel Serrão como variável estruturante da sociedade portuguesa⁵. De resto, em termos internacionais e, designadamente, em França, os estudos demográficos deram um contributo assinalável para o conhecimento histórico do Antigo Regime⁶.

A base quantitativa em que assenta a Demografia não pode, todavia, confundir-se com enumeramentos esparsos, diacrónica e sincronica-

¹ Referimo-nos às existentes em 2004, antes da adequação dos diversos níveis de ensino superior ao processo de Bolonha.

² Gilberta Pavão Nunes Rocha “Os desafios da ciência demográfica em Portugal”, Conferência apresentada na Sessão de Encerramento do II Congresso Português de Demografia, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004, onde se releva que nessa data a Demografia existe no âmbito dos cursos de licenciatura em Sociologia, História, Geografia, Ciência Política, Relações Internacionais, Administração Pública, Economia, Gestão de Empresas, Gestão da Informação, Serviço Social, Política Social e Antropologia.

³ Não podem ser negligenciados os trabalhos pioneiros realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, criado em 1937 e da sua Revista de Estudos Económicos e, posteriormente Demográficos, que tem o seu início em meados dos anos quarenta, como os trabalhos elaborados por diversos Ministérios e até no âmbito da então Assembleia Nacional.

⁴ Refira-se a este respeito, ou seja, numa óptica estritamente demográfica os trabalhos de J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, Norberta Amorim e, posteriormente, os de Maria Luís Rocha Pinto ou de Teresa Rodrigues, entre outros, que têm orientado várias teses de mestrado e doutoramento em Demografia, propiciando um conhecimento cada vez mais extenso das características da população portuguesa no passado.

⁵ Sem poder referenciar toda a obra produzida neste domínio e respectivos autores, não queremos deixar de realçar, apenas na área da História produzida no século XX, já que é também abundante em obras literárias, além do citado Joel Serrão, Miriam Halpern Pereira ou Vitorino Magalhães Godinho.

⁶ Considere-se, por exemplo, os trabalhos de Louis Henry sobre Demografia Histórica.

mente diferenciados, de difícil comparabilidade – quando não enganosa para quem desconhece as suas classificações e limitações – antes deve ser devidamente testada no que respeita à qualidade dos dados e identificação dos acontecimentos que permitem uma análise dos respectivos fenómenos e, desejavelmente, a sua interligação, ou seja, a Dinâmica Demográfica, que a sustenta e justifica como ciência. Sublinha-se, assim, no campo de análise da Demografia e de um dos seus ramos, o da Demografia Histórica, e até mesmo no da História da População, um aprofundamento essencial que é o do conhecimento das Fontes de Informação e da validação dos dados, bem como da sua fiabilidade estatística. Tudo o mais se lhe reporta, quer estejamos a tratar de volumes e estruturas populacionais, como das variáveis mortalidade, natalidade, nupcialidade ou mobilidade. Do mesmo modo são essenciais para outras problemáticas históricas, e já não estritamente demográficas, mas que a ela estão associadas, como a família ou a estratificação política, social e económica ou mesmo a cultura.

Esta realidade aplica-se, assim, tanto aos estudos sobre a actualidade como àqueles que respeitam ao passado. Não podemos deixar, todavia, de realçar que nestes últimos se colocam problemas mais complexos, quer por que os dados são mais raros, temporalmente diversos e metodologicamente distintos, nem sempre de grande fiabilidade, elaborados por várias entidades, correspondendo a objectivos específicos que não o estrito conhecimento da população e das suas características estruturais, o mesmo acontecendo com as variáveis que determinam a dinâmica demográfica.

Mas se a informação e o adequado tratamento dos dados, essencialmente de ordem quantitativa, relevam na problemática demográfica, a sua contribuição estende-se a muitos outros campos do saber, propiciando avanços do conhecimento em múltiplas áreas científicas, como já referimos. No entanto, ou por isso mesmo, as classificações universitárias, quer de ramos de doutoramento, quer as respeitantes às áreas de investigação, nem sempre se apresentam semelhantes entre si e acompanham de forma distinta o estado dos conhecimentos e a própria interdisciplinaridade desta ciência, aspecto a que se associa, ainda, a sua génese, que é diversificada, nomeadamente nos países mais desenvolvidos. Tal não impede, nem interfere, como anteriormente se referiu, nos avanços significativos a que temos assistido, tanto os de carácter específico como os interdisciplinares. Muitos são, aliás, os exemplos profícuos dessa interdisciplinaridade, mas hoje ela dirige-se para a apresentação do percurso e da obra de Artur Boavida Madeira que, na Universidade dos Açores e até no contexto universitário português, constitui uma referência exemplar.

Conhecedor da teoria, metodologia e técnicas demográficas, alia estas componentes aos saberes mais específicos do campo histórico, sendo ainda um precursor da aplicação informática a estas duas áreas, aspecto que adquiriu especial importância, pela sua precocidade, tanto no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, como na própria Universidade dos Açores, inovando e renovando, também neste aspecto, a docência e a investigação individual e colectiva.

Se o domínio destes conhecimentos mais técnicos, de carácter informático, beneficiou em primeiro instância o seu próprio trabalho, foi também uma ajuda preciosa para muitos dos colegas, tanto na realização das suas investigações, como na organização e gestão departamental, pois não só nunca se furtava a qualquer pedido de ajuda, como quase o incentivava, na disponibilidade incomensurável com que sempre se assumiu na colaboração e relacionamento com todos os que com ele privavam. Todo o tributo que lhe pudéssemos prestar por tudo o que os docentes e responsáveis do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais lhe devem – que não é propriamente o objectivo que aqui nos move – ficaria sempre aquém do que lhe é merecido. E, sem qualquer procuração para o efeito, cremos poder afirmar que todos, ou pelo menos muitos de nós, estamos cientes e muito gratos por isso.

Centrando-se no campo mais restrito da Demografia, os seus estudos propiciaram também saberes mais abrangentes no âmbito da História⁷, visível, não só em trabalhos com outros docentes e investigadores desta área, mas também, e de um modo especial, nos dele próprio, enquanto historiador de formação inicial que, de resto, nunca renegou. Antes pelo contrário, dignificou-a, tal como à Demografia, pelo seu trabalho rigoroso, competente e inovador, de investigador e de docente.

Se os primeiros perduram na obra escrita que nos deixou, os segundos ficam na memória dos estudantes que com ele tiveram o privilégio de contactar, durante mais de uma década, e cujas provas de reconhecimento e carinho surgiam, espontaneamente, em reuniões de trabalho ou momentos de lazer e convívio, como os jantares das semanas académicas, entre outros, nos quais as suas qualidades pedagógicas e humanas eram

⁷ O mesmo acontecendo (ainda que com uma amplitude bastante distinta por o autor não estar inserido na carreira universitária, que obriga a uma investigação continuada) com a dissertação de Mestrado de Albertino Monteiro, *A Mortalidade no Concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do século XX*, Universidade dos Açores, 2000, (policopiado), onde este fenómeno demográfico propicia igualmente um conhecimento da história social da época, enquadrada na posição geográfica e estratégica do arquipélago açoriano.

sempre realçadas, mesmo que, como é natural nesse contexto, de uma forma bem disposta e humorística. Se a qualidade pedagógica e científica são fundamentais no ensino universitário, como aliás em qualquer nível de ensino, são as qualidades humanas que, aliadas às primeiras, fazem do docente um Professor e um Mestre que os estudantes desejam seguir e tomar como exemplo. No seu curto tempo de vida académica foi este o caso de Artur Boavida Madeira.

Ao longo da sua carreira universitária, a leccionação direccionou-se, essencialmente, para o campo demográfico e quantitativo, nas disciplinas de Demografia, posteriormente Demografia I e II, História da População, Matemática para as Ciências Humanas e Sociais, posteriormente designada de Métodos Quantitativos, disciplinas das licenciaturas de História e/ou Sociologia do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais a que Artur Madeira pertencia - e que para nós sempre pertencerá - além da História de Portugal aos cursos de Educadores de Infância e do 1º ciclo do Ensino Básico⁸, da responsabilidade do Departamento de Ciências da Educação. Colaborou ainda em módulos específicos sobre Fontes Demográficas e Emigração na disciplina de Sociedades e Economias do Mestrado em História Insular e Atlântica – séculos XV a XX.

Os conteúdos das várias disciplinas correspondiam a partes essenciais que desenvolveu e aprofundou através da sua vasta investigação. Se aliarmos o contacto mais directo com as questões quantitativas, na Matemática para as Ciências Humanas e Sociais, ainda que elementares no campo da Estatística Descritiva, ao gosto e saber pessoal pela informática, tomava forma a necessidade de sublinhar a relevância do conhecimento, organização, validação e tratamento dos dados. Se, mesmo nesta disciplina, a população era, as mais das vezes, o vector central de exemplificação nas aulas teóricas e nos trabalhos práticos a serem resolvidos pelos alunos, procurava que eles se adequassem aos conteúdos de outras disciplinas do curso de História, quer fosse no que respeita, por exemplo, às organizações empresariais, profissões, rendimentos e outros aspectos quantitativos de maior interligação à História Económica e Social ou ao alfabetismo, neste caso mais associado à História Política e Cultural.

⁸ Na disciplina de Demografia, a responsabilidade programática e a leccionação das aulas teóricas foi sempre da autora deste tributo, acontecendo o mesmo inicialmente na de Matemática para as Ciências Humanas, que, posteriormente, o Artur Madeira assumiu na íntegra. Já a História da População e a História de Portugal foram sempre da sua responsabilidade, em termos teóricos e práticos.

Mas é na disciplina de Demografia, que tem a sua base quantitativa própria, com metodologia e indicadores específicos, nomeadamente na sua vertente de Análise Demográfica, que se verifica a sua maior interligação com os números em História. Trata-se de determinar os ritmos de crescimento da população, de poder estimar valores para períodos ou anos em que estes não existem, quer prospectiva quer retrospectivamente, fundamental para colmatar as lacunas existentes para o passado; de conhecer a estrutura populacional, em especial a etária e de género, essencial para a criação de hipóteses ou aprofundamento dos níveis da natalidade, nupcialidade, mortalidade e mobilidade e dos contextos económicos e sociais que justificavam a existência ou inexistência de equilíbrios estruturais. E, obviamente, os indicadores, mesmo que elementares, da quantificação e interligação destes fenómenos que justificam uma determinada dinâmica demográfica. Os primeiros estão mais associados às questões da família, os segundos aos aspectos económicos mas todos eles são configurados por características políticas e culturais das sociedades do seu tempo, a que Artur Madeira deu também especial atenção nas investigações que desenvolveu.

Todavia, antes mesmo que se atendesse às problemáticas centrais da Demografia, acima referidas, sempre se pretendeu na leccionação desta disciplina que os estudantes tomassem contacto - embora sem grande profundidade, mas como enquadramento necessário a posteriores desenvolvimentos - com questões prévias relacionadas com as Fontes; os Regimes e o Pensamento Demográficos, desde a Antiguidade Clássica aos nossos dias, sendo que os dois primeiros eram posteriormente desenvolvidos pelo Artur Madeira na disciplina de História da População.

Neste campo vastíssimo da leccionação, que ao longo do tempo foi aprofundando, houve, como é natural, que fazer opções quando se tratou da investigação para prosseguimento da carreira académica. Não admira, assim, que o seu trabalho científico, ainda que bastante amplo, possa ser tipificado em duas grandes áreas: a das fontes de informação, tanto quantitativas como qualitativas; a da análise demográfica, nas características globais da população (volume e estrutura), movimento natural, mas muito especialmente a emigração, nas quais associava a criação de bases de dados estatístico-demográficos. O território preferencial foi os Açores, que lhe ficarão, assim, sempre devedores do seu enorme e relevante contributo científico⁹.

⁹ Para um melhor conhecimento e facilidade de consulta do seu trabalho, apresentamos em anexo – Anexo I, a obra publicada que consta do seu Curriculum Vitæ.

Procuraremos especificar, pois, no contexto acima indicado, a investigação científica desenvolvida por Artur Boavida Madeira, que tem como origem principal o trabalho realizado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas no ano de 1997, quatro anos após a sua entrada na Universidade dos Açores, como assistente estagiário do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, no ano lectivo de 1992-1993.

Se a dissertação se centra na População e emigração nos Açores – 1766-1820¹⁰, já a lição respeita a Fontes demográficas de Antigo Regime nos Açores¹¹, ambas publicadas no ano de 1999. Ficam, assim, e desde cedo, determinados os grandes eixos da sua investigação e produção científicas, anteriormente assinalados: o das Fontes Demográficas, da População e Emigração dos Açores.

Embora o limite cronológico desta dissertação se inicie na segunda metade de setecentos, tendo como objectivo um melhor enquadramento da evolução populacional no período referenciado, recuou para o início do povoamento, dando-nos informações relevantes sobre a mesma nos séculos XVI e XVII, classificando as Fontes, identificando os Fogos, os Moradores, os Vizinhos, o número de Almas maiores e menores. Relativamente à segunda metade do século XVIII dá-nos, então, um conhecimento mais pormenorizado sobre os ritmos de crescimento da população das várias ilhas, bem como da evolução das respectivas estruturas demográficas, por idade e sexo.

Ainda que a emigração fosse a variável que quis aprofundar, e aprofundou, como surge de um modo explícito no próprio título do trabalho, não o fez isoladamente, nem mesmo só com referência ao volume e estrutura da população. Analisou, também de forma pormenorizada, as variáveis do movimento natural – mortalidade e natalidade – por ilha¹², o que nos permite classificar este seu primeiro estudo no âmbito da dinâmica populacional, o objecto científico específico da Ciência Demográfica, não obstante o seu relevante interesse e até inserção formal no campo da História.

¹⁰ *População e emigração nos Açores: 1766-1820*, Cascais, Patrimonia, 1999.

¹¹ “As fontes demográficas de Antigo Regime nos Açores” in *Arquipélago - História*, 2ª série, vol. III, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999, pp. 139-176.

¹² Na linha de outros investigadores sobre a população e sociedade açoriana que optam essencialmente por abordagens macro-analíticas, de que se destaca, inicialmente, José Guilherme Reis Leite e, posteriormente, entre outros, Vítor Rodrigues e a autora, também o Artur Madeira privilegiou, nos seus estudos, a ilha como elemento central da identidade plural do arquipélago dos Açores.

De salientar ainda que, além das dificuldades próprias a um trabalho desta natureza, onde a informação demográfica é lacunar, as dificuldades são acrescidas pela pequenez de efectivos quando se analisa a população dos Açores e, mormente, de cada uma das suas ilhas. Se esta é uma realidade para as análises sobre a actualidade – para as quais temos séries temporalmente bem delimitadas, quer decenais, no caso dos recenseamentos, quer anuais, para os acontecimentos demográficos – no período pré-estatístico, trabalhado por Artur Madeira, tal não acontece pelo que as dificuldades são bastante mais acentuadas. A fiabilidade dos dados é menor e, como tal, necessita de um confronto de informação e de uma análise qualitativa e quantitativa da validade dos dados muito mais cuidada. Como os efectivos em presença são ainda mais diminutos do que nos nossos dias, dificulta ainda mais a aplicação de indicadores que têm na sua origem a lei dos grandes números, ou seja, a Estatística. E esta última questão nem sempre é tomada em consideração nos estudos de cariz demográfico, que podem conduzir a análises pouco consistentes, pela pouca atenção dada a uma questão que é o ponto de partida de uma correcta quantificação em Demografia. Também neste aspecto os cuidados tidos, tanto na validação da informação, como nas precauções na análise subsequente são uma tónica relevante deste como dos outros trabalhos de investigação realizados por Artur Madeira, cuja profundidade e abrangência, também pela consideração deste aspecto, é a todos os títulos notável, excepcional mesmo, na Demografia Açoriana do passado.

Como é compreensível, face aos objectivos propostos para as referidas provas académicas, é na emigração que concentra um leque mais alargado de perspectivas, tanto qualitativas, como quantitativas, recuando novamente aos séculos XVI e XVII, fazendo recolha de dados original, servindo-se também de documentos elaborados para outros fins, como os levantamentos eclesiásticos ou civis, que sustentam ainda os outros pontos então analisados, respeitantes ao movimento natural da população.

O outro trabalho de grande fôlego, infelizmente incompleto, respeita à preparação da dissertação com vista ao doutoramento, igualmente sobre a população e o fenómeno emigratório açoriano no século XIX, mais especificamente de 1820 a 1864, cujo registo na Universidade dos Açores, no ano de 2001 - tem como título *População e emigração nos Açores – 1820-1864*¹³. Pretende ser, muito naturalmente, e como o título

¹³ Apresentamos no Anexo II o Plano de Doutoramento apresentado ao Conselho Científico da Universidade dos Açores, que foi aprovado.

o indica, um prolongamento no tempo e, em especial, um aprofundamento das questões anteriormente estudadas, em especial, na dissertação das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, como o próprio o especifica na proposta apresentada em 2001.

Nos objectivos do trabalho a realizar, identifica de forma clara o seu interesse em contribuir para um maior conhecimento da História Portuguesa e Açoriana do século XIX, como também a influência da emigração no comportamento e na dinâmica da população açoriana neste período, propondo-se “*Aprofundar, de forma sistemática, o conhecimento científico em áreas onde é notória a falta de estudos de base, recorrendo a critérios e metodologias rigorosos e actualizados*”¹⁴.

Na especificação da temática populacional refere: “*No que respeita aos aspectos populacionais, este estudo contempla uma abordagem singular referente a cada uma das ilhas, apresentando-se, sempre que possível, conclusões globais para o arquipélago*”.

Já relativamente à emigração e ao seu tratamento igualmente por ilha, especifica o destino preferencial desta época: “... *seleccionamos o Brasil como principal pólo de destino por ser esse o território que, ao longo de Oitocentos, maior atracção teve sobre os habitantes do arquipélago dos Açores... até 1870, as necessidades e potencialidades do Brasil como país receptor de imigração, e o óptimo posicionamento dos Açores... levam-nos a apontar aquele território como o principal foco de atracção da população das ilhas*”¹⁵.

Já quanto à justificação do período, este surge muito naturalmente, quer pelo trabalho elaborado para as provas académicas anteriores, quer pela natureza da informação estatística: “... *o ano de 1820 serviu já de delimitação a uma investigação que realizámos no passado e, por, isso, surge como barreira intercalar de um projecto mais vasto que visa conhecer a evolução da população açoriana em períodos mais recuados... escolhemos, precisamente, o ano de 1864 como limite... por ser a data do 1º Recenseamento Geral da População, em que foram adoptadas normas “científicas” que permitiram medir com maior rigor o estado da população*”¹⁶.

¹⁴ Artur Boavida Madeira - Documentação apresentado ao Conselho Científico em 2001, para o registo da dissertação, p. 8.

¹⁵ Idem, p. 5.

¹⁶ Idem pp. 5-6.

Estamos, assim, perante a continuidade de um percurso científico consistente, designadamente, nas provas conducentes ao percurso académico, de escolhas temáticas e cronológicas bem definidas, que opta pelo aprofundamento, tanto ao nível das Fontes - que entende deverem ser cada vez mais exaustivas, como da Teoria e Metodologias sobre a Mobilidade, em geral, e da Emigração, em particular, com maior grau de sofisticação metodológica e técnica, tanto numa óptima demográfica como informática, e especialmente enquadradas nas sociedades das respectivas épocas, estudando, também numa perspectiva histórica, a sociedade do século XIX.

O conhecimento do volume da população não era, contudo, uma vez mais, a problemática central, mas o enquadramento necessário à investigação da emigração, este sim o tema que elegeram como o objecto primordial de todo o seu trabalho. Para este fenómeno fez, não só um levantamento quantitativo exaustivo - cujas características e dimensão por enquanto ainda desconhecemos na totalidade - como uma pesquisa, igualmente exaustiva, sobre o seu entendimento oficial e social.

Para tal foi necessário um levantamento de fontes muito extenso, de ordem quantitativa e qualitativa, e a criação de uma complexa base de dados, decorrente fundamentalmente das informações existentes nos registos de passaporte, que constituiu uma das tarefas - que cremos estar ainda incompleta - mais relevantes que devemos a Artur Madeira. A sua divulgação possibilitará análises, macro e micro analíticas, de cariz demográfico, mas também histórico, que podem ultrapassar, pela sua dimensão e originalidade, muito do que tem sido feito no país, em termos globais e regionais.

Como resultado do seu trabalho, que urge completar, o arquipélago dos Açores poderá conhecer, de uma forma aprofundada e para um período relativamente longo, uma das características estruturantes da sua história, como é a emigração, associada sempre à respectiva população no período pré-censitário¹⁷.

¹⁷ Sobre os elementos recolhidos, tratados ou analisados, pretende-se que os mesmos constem em publicações específicas devidamente identificadas. Este trabalho, coordenado pela autora deste artigo, com a colaboração de outros colegas, está em fase de preparação no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Todavia, está completa para publicação em livro, extenso, parte da recolha que o Artur Madeira elaborou e que já estava em fase quase completa de organização, que constaria dos Anexos da dissertação de doutoramento que o próprio intitulou, e que assim manteremos, *Documentos, textos e legislação sobre a emigração oitocentista (1820-1864)*.

Neste momento, entendemos dever apontar alguns elementos que constam deste seu trabalho de recolha demográfica e documental que podem, de algum modo, atestar os objectivos anteriormente expressos para as provas de doutoramento. Relativamente à população, tem informação, pelo menos, e tanto quanto até agora sabemos, desde 1800 até 1857 para a globalidade dos Açores e até 1850 para as várias ilhas, em muitos casos com especificação por freguesias. Ainda que não sejam valores anuais, como de resto acontece nos nossos dias em que os censos têm uma periodicidade decenal, a aplicação de metodologia demográfica possibilitará, como, de resto, já foi feito noutros momentos, também pelo próprio Artur Madeira, fazer estimativas para os anos em falta. Muita da informação sobre a população permite ainda uma análise estrutural relativamente aprofundada. Desde logo nas características essenciais em Demografia, como a idade e o sexo, mas também sobre o estado civil e algumas ocupações profissionais da população. Há igualmente informação compilada relativamente aos acontecimentos que permitem estudar as variáveis do movimento natural – natalidade e mortalidade – bem como a própria nupcialidade, sendo que nestas últimas os dados estão diferenciados por idade e sexo, o que pode possibilitar a aplicação de indicadores de análise demográfica mais sofisticados e fiáveis, sempre dentro das limitações já referidas, inerentes à pequenez de efectivos do arquipélago e ilhas dos Açores.

Já no que respeita à emigração, a complexidade da base de dados elaborada pelo Artur Madeira requer uma análise aprofundada para um conhecimento mais efectivo da respectiva informação, mas foram analisados passaportes, pelos menos entre 1824 e 1862 – que abrange praticamente todo o período que pretendia estudar – que identificam não só os titulares como as famílias e os acompanhantes. A documentação sobre legislação, textos oficiais e opiniões, estas últimas respeitantes essencialmente às expressas na imprensa regional, sobre a emigração é um acervo riquíssimo, que permite um conhecimento mais aprofundado da realidade emigratória e dos emigrantes, mas também do pensamento e acção política, dos constrangimentos económicos e da cultura prevalecente na época, que propiciavam, incentivavam ou condenavam a saída das gentes açorianas.

Artur Madeira justifica-a: *“Esta compilação documental surgiu, antes de mais, da necessidade de criar um corpus que servisse de apoio a um texto sobre o evoluir da construção da demografia açoriana anterior a 1864 ... Por vezes, tivemos que recuar no tempo e buscar, ainda que pontualmente, no século XVIII, alguma legislação com aplicabilidade no século seguinte... Organizámos estas páginas seguindo uma ordem crono-*

lógica e, em termos de conteúdo, privilegiámos o que de mais relevante dizia respeito à emigração açoriana.

Muitos documentos não são novidade para quem se interessa por estas matérias, mas outros, por se apresentarem inéditos, poderão perspectivar novas interpretações de um fenómeno marcante da história e, mesmo, da economia e da sociedade dos que nos precederam. Também é nosso objectivo reavivar memórias sobre o muito que foi produzido então, reeditando alguns textos jornalísticos, relatórios oficiais e, mesmo, estudos marcantes directamente relacionados com o comportamento do fenómeno emigratório no século XIX”¹⁸.

Se já em trabalhos anteriores tinha havido a preocupação de considerar publicações históricas ou textos oficiais que dessem informação sobre a população e também os objectivos subjacentes aos dados recolhidos ou a recolher, a tónica fundamental, em nosso entender, estava precisamente na busca constante de perceber e confrontar a qualidade dos dados ao mesmo tempo, claro, que se enquadrava socialmente a informação.

Para a dissertação de doutoramento cremos que a perspectiva é um pouco diferente, muito mais enriquecedora. Se se mantêm, e até se aprofundam, as preocupações de enquadrar social e politicamente toda a informação, Artur Madeira pretende ir mais longe no que respeita, fundamentalmente, à emigração. Ou seja, além do necessário e imprescindível tratamento quantitativo e da respectiva confrontação com a informação qualitativa que fundamenta, em parte, os dados em presença, o entendimento da emigração enquanto fenómeno, não só demográfico, mas também económico, social, cultural e político, deve ter um desenvolvimento muito especial, como se percebe das suas próprias palavras, acima citadas.

É sabido que a emigração – como aliás, pela respectiva interligação, também a imigração – obedece, não só a lógicas individuais e familiares, condicionadas pela precariedade económica e desejo de ascensão social, mas também são diferentemente percebidas pela elites políticas e sociais que nelas podem ter um papel determinante. Neste aspecto encontramos diferenças de vária ordem, quer as que se identificam num mesmo período e advêm de diversas percepções de ordem económica, social, ideológica e política, como as que se percebem numa perspectiva diacrónica, onde, além dos aspectos acima referidos se

¹⁸ Justificação inicial constante do Apêndice Documental anteriormente referido.

acrescem a evolução mais de ordem cultural sobre novos entendimentos da mobilidade¹⁹.

Muitos dos documentos que Artur Madeira compilou para Anexo da tese de doutoramento vão, em nosso entender, nesse sentido, independentemente da utilização interpretativa que lhe iria dar. Era uma nova perspectiva, fundamentada no desejo de maior abrangência que estava a introduzir na sua já vasta e complexa investigação dos últimos tempos.

Na análise da obra publicada ou das intervenções em Encontros Científicos sobressaem, precisamente, as primeiras perspectivas anteriormente referidas. Desde logo, a questão da população e da emigração, numa óptica essencialmente demográfica. Mas o volume da população é ainda o enfoque principal quando analisa, por exemplo, a sua evolução nas ilhas das Flores e do Corvo no século XVIII e a emigração, bem mais estudada, designadamente na sua componente de colonização do Brasil, mas também para outros destinos recentes, como é o caso do Canadá. Acresce-se trabalhos que tomam como enfoque o ponto de partida da emigração, e não só o de destino, como o realizado para a ilha Terceira para os finais do século XIX.

O conhecimento das fontes de informação, a tipificação dos dados demográficos e a sua qualidade é, como anteriormente sublinhámos, o outro eixo central de trabalho que Artur Madeira desenvolveu de uma forma meticulosa. Estando intimamente associado à necessidade de construção de bases de dados demográficos amplas e fiáveis a elas não se limita. A procura e utilização de fontes diversificadas e complementares, o cruzamento de variáveis e a comparação dos dados, constituem um trabalho que valeria por si só, enquanto vector metodológico e técnico essencial à fundamentação teórica. Naturalmente, isto é, inerente à temporalidade da produção estatística, sobreleva os séculos XVIII e XIX, de um modo geral, todo o período anterior ao primeiro recenseamento português realizado no ano de 1864²⁰.

¹⁹ Cf, por exemplo para os Açores, Gilberta Pavão Nunes Rocha, “A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX – a necessidade, a solução, a valorização” in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/ Universidade dos Açores, 2001, vol. II, pp. 75-89.

²⁰ Objectivo nunca explicitado, mas claramente subentendido, era o de que para o estudo demográfico dos Açores, diacronicamente amplo e abrangente, que Artur Madeira aprofundaria nos seus trabalhos todo o período pré-censitário ficando a autora com o fundamental do período pós-censitário. Sincronicamente dependente das fontes de informação, e indepen-

Será, pois, na questão das fontes do passado, da identificação numérica da população e aplicação similar de conceitos que respeitam a realidades distintas, que nos iremos agora deter um pouco mais, sublinhando um dos trabalhos, por ser de âmbito nacional “A Base Demográfica”²¹. Sendo um artigo de mais dois autores, nos quais identificamos com relativa facilidade a maior contribuição de cada um deles, por corresponderem, em parte, a aspectos que cada um já tinha anteriormente trabalhado, não podemos deixar de o realçar pela sua grande qualidade. De resto, a participação de Artur Madeira, que é significativa, só atesta o reconhecimento nacional que lhe é merecido nesta temática.

Fazendo uma análise crítica da informação populacional, designadamente, nos séculos XVII, XVIII e XIX (anteriores aos recenseamentos) a nível nacional, estabelecem um confronto de dados e conceitos utilizados em diversas épocas e autores que, na sequência dos estudos levados a efeito, fundamentalmente, por João Alves Dias, Romero de Magalhães, Maria José Bigotte Chorão, Fernando de Sousa ou José Vicente Serrão, estes últimos para o censo de 1801, são, tal como o artigo em referência, imprescindíveis para quem queira conhecer a população das referidas épocas. Destacam-se, entre outros, na sua base de análise, a *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, do padre António Carvalho da Costa, dos primeiros anos de setecentos, ou as contestáveis *Lista do Marquês de Abrantes*, de 1732, e os dados frequentemente utilizados de Adrien Balbi nas suas *Variétés Politico-Statistiques sur la Monarchie Portugaise*, de 1822.

Os arquipélagos dos Açores e da Madeira não são normalmente contemplados nesses levantamentos direccionados para o continente português. Todavia, existem outras fontes que possibilitam o conhecimento da população açoriana, aí sublinhados, como acontece também em outros trabalhos, nomeadamente de Artur Madeira²², através de cronistas reli-

dentemente de interligações temáticas pontuais, ou espaços mais pormenorizados, a unidade de análise dos Açores seria, por excelência, a ilha, como anteriormente referimos.

²¹ “A Base Demográfica” in Avelino de Freitas de Meneses (coord.), *Portugal: Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, volume VII da *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 385-403 (em colaboração com Maria Luís Rocha Pinto e José Damião Rodrigues).

²² Referimo-nos de um modo especial, não só à lição que apresentou no âmbito das Provas de Aptidão Científica e Capacidade Pedagógica como ao artigo “Informação demográfica nos Açores oitocentistas” in *Actas do Colóquio Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso - Universidade

giosos, como Gaspar Frutuoso para os finais XVI e Agostinho de Monte Alverne para o século XVII. Para épocas posteriores refere: “*Após 1747, deparamos com um vazio na produção de informação de carácter estatístico que se estende até 1766*”²³. É para essa altura que salienta a imposição estatal de elaboração de “mapas” populacionais. A segunda metade de Setecentos apresenta-se manifestamente diferente. É indiscutivelmente neste período que se acentua a necessidade do conhecimento numérico das realidades. A pouco e pouco, a importância dos Estados passou a ser avaliada pela grandeza que os seus números demonstravam.”

Esta observação que, porventura, não é das mais importantes em informação e análise no contexto e objectivo deste capítulo, parece-nos, no entanto, elucidativa das várias componentes de percepção dos fenómenos demográficos que Artur Madeira analisou. Relevam a quantificação na óptica da análise demográfica, um dos vectores da ciência demográfica, do enquadramento histórico e do pensamento demográfico, que estão todas bastante interligadas. Queremos realçar, ainda a este respeito, a questão que reflecte algumas ideias sobre a população, que são distintas, quer sincrónica quer diacronicamente, e, tanto quanto sabemos, muito pouco analisadas na investigação realizada no nosso país, designadamente na perspectiva demográfica.

Com efeito, em termos gerais, as preocupações mercantilistas e de consolidação e centralização dos Estados estão bem expressas no pensamento sobre a importância da população, nomeadamente em França em obras de Bodin, Vauban e mais tarde de Montesquieu ou Rousseau, de cariz populacionista, diferentemente do que se verifica em Inglaterra, na generalidade mais antipopulacionista, como se pode atestar na obra de Thomas Hobbes – mas também com autores que discordavam com os limites impostos ao crescimento da população, como, por exemplo, William Godwin –, tendo como expoente máximo Malthus cujo ensaio se dirige precisamente a contestar as ideias defendidas por Godwin. Malthus é ainda hoje a referência incontornável na dicotomia que desde essa época e até aos nossos dias opõe populacionistas e antipopulacionistas, estes últimos também designados, precisamente, por neo-malthusianos²⁴.

dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp. 403-424 (em colaboração com Gilberta Pavão Nunes Rocha).

²³ Artur Boavida Madeira, *População e Emigração...*, p. 56

²⁴ Cf. entre outros, André Roussel, *Histoire des doctrines démographiques illustrées par les textes*, Paros, Ed. Nathan, 1979; Thomas Malthus, *Ensaio sobre o princípio da população*, Mem Martins, Edições Europa-América, 1999.

Um segundo desenvolvimento será por nós dado, obviamente, à emigração dos séculos XVIII e XIX, nas suas diversas perspectivas disciplinares.

Os seus estudos sobre a emigração, como sobre outras variáveis como a mortalidade, podem ser enquadrados em dois tipos de abordagens analíticas, quer macro quer micro. Embora a primeira seja a que corresponde ao fundamental da investigação de Artur Madeira, diacronicamente alongada, também a última está presente em muitos dos estudos adicionais que realizou ao longo dos treze anos da sua vida académica, normalmente em co-autoria, como companheiro de excelência que sempre foi em muitos trabalhos colectivos.

Centrando-nos novamente no artigo anteriormente referido, e embora ele tenha suporte em outros trabalhos do próprio ou outros, devidamente assinalados, como Avelino de Freitas de Meneses, a síntese é, em nosso entender, clarificadora do seu pensamento e obra já realizada e a que pretendia aprofundar, pelo que aqui a explicitamos: *“Depois da efervescência colonizadora de meados do século, de que resultou, pelo menos parcialmente, o povoamento do Brasil meridional, com especial incidência no estado de Santa Catarina, a lei de 4 de Julho de 1758, de aplicação restrita aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, veio travar a emigração, sob o argumento de que existia falta de mão-de-obra para assegurar o normal funcionamento das ilhas. Se esta legislação conteve os movimentos oficiais dos açorianos, é um facto que, na clandestinidade ou com os mais variados argumentos, a emigração nunca deixou de se realizar. Com efeito, ao longo da segunda metade de Setecentos, nas ilhas dos Açores, são perceptíveis movimentações individuais ou de colonos para o Brasil, a que acresce ainda a participação de alguns milhares de militares nos contingentes brasileiros”*²⁵.

Ainda sobre a emigração desejamos realçar dois trabalhos mais recentes. Embora na linha dos anteriores, o primeiro com enfoque específico nos recrutamentos militares, mas que além da quantificação e do enquadramento histórico, extremamente rico, em que se processaram as saídas, explicita as consequências negativas, que queremos sublinhar, que estas tinham na região de origem – os Açores. Não sendo uma perspectiva original e que já encontramos como preocupação manifesta também por alguns responsáveis do século XVIII²⁶,

²⁵ “A Base Demográfica” in Avelino de Freitas de Meneses (coord.),...p.403.

²⁶ Cf, entre outros, Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “População, economia e sociedade micaelense em finais do séc. XVIII: o mapa da população de João Leite Chaves e Melo Borba Gato”, in *Actas do II Colóquio - Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da ilha Terceira, 1989, pp. 285-354.

sublinhamos a opinião dos autores, José Damião Rodrigues e Artur Madeira: “É neste contexto que se integram os diversos recrutamentos militares feitos nos Açores com destino ao Brasil. Devemos salientar, a este respeito, que a movimentação de açorianos do sexo masculino e em idade activa para o exercício militar assumiu contornos de uma verdadeira emigração, com características próprias que influíram no movimento natural dos ilhéus. As suas repercussões tiveram igualmente um efeito adverso na estrutura socioeconómica, que se ressentiu da falta de mão-de-obra masculina em idade activa”²⁷.

A outra respeita a um trabalho conjunto com Carlos Cordeiro, no qual se explicita as condicionantes sócio-económicas como justificação das saídas, mas também a interpretação de alguma elite que ia, de algum modo, registava opiniões contraditórias. Na síntese final clarificam deste modo: “Esta abordagem sobre a emigração e, em especial, a verificada nos séculos XVIII e inícios de XIX, permite-nos sublinhar a teia intrincada de motivações e interesses dos diversos intervenientes no fenómeno. Não se tratava somente dos ditames do Estado e das motivações várias da população. Intervinham ainda as perspectivas das autoridades locais sobre a realidade social e económica das ilhas, além dos interesses, sobretudo económicos, de proprietários rurais, agricultores, negociantes e armadores”²⁸.

Ainda que de um modo menos desenvolvido, dedica-se ao estudo de outras variáveis demográficas como a natalidade e a mortalidade, que enquadram os temas mais vastos atrás sublinhados, ou até autonomamente, como a mortalidade na ilha de S. Miguel nos finais do século XVIII²⁹. Mas a população surge também associada ao contexto familiar, normalmente em trabalhos de co-autoria com José Damião Rodrigues, na análise das freguesias de S. Pedro, em Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel³⁰, de Santa

²⁷ José Damião Rodrigues e Artur Boavida Madeira, “A emigração açoriana: as levas de soldados na segunda metade do século XVIII” in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/ Universidade dos Açores, 2001, vol. II, pp. 113-114.

²⁸ Cf. Carlos Cordeiro e Artur Boavida Madeira “A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades” in *Arquipélago - História*, 2ª série, vol. VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003 p. 122.

²⁹ Cf “A mortalidade na ilha de São Miguel na segunda metade do século XVIII” in *História das Ilhas Atlânticas (Actas do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas – Canárias, Outubro 1995)*, Funchal, CEHA/SRTC, 1997, vol. II, pp. 433-448.

³⁰ Cf “População e família em Ponta Delgada na segunda metade de setecentos: a freguesia de São Pedro” in *População e Sociedade*, nº 2, Porto, CEPFAM, 1996, pp. 207-228. (em colaboração com José Damião Rodrigues).

Beatriz (Quatro Ribeiras) na ilha Terceira³¹, ambas relativamente ao século XVIII e, ainda, na Vila de Velas em S. Jorge³², ou sobre o posicionamento estratégico dos Açores, como região de fronteira, trabalhos colectivos que são emblemáticos da sua forma de trabalho interdisciplinar³³.

Nos estudos sobre família, decorrentes da intersecção entre a demografia e a história social, Artur Madeira e José Damião Rodrigues recorreram à chamada “tipologia de Cambridge”, tal como foi inicialmente definida por Peter Laslett, seguindo, no entanto, as adaptações introduzidas por Robert Rowland e utilizadas por Álvaro Ferreira da Silva; as propostas de Guilhermina Mota; e, de igual modo, incluindo as suas propostas, avançadas no primeiro texto sobre São Pedro de Ponta Delgada, de modo a conseguirem uma maior adequação à realidade empírica açoriana.

Todavia, e ainda na mesma linha de cooperação científica anteriormente referida, o passado mais recuado não ocupou de forma exclusiva o trabalho de Artur Madeira. Por via da abordagem demográfica, do conhecimento estatístico-informático, foi colaborador presente nas actividades do Centro de Estudos Sociais (CES), associando estas às desenvolvidas no âmbito do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso (CEGF), unidades de investigação do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Tendo ambos os Centros organizado, de uma forma mais ou menos regular, ainda que com dimensões variáveis, Encontros Científicos nas respectivas áreas, ambos tiveram a colaboração activa do Artur Madeira³⁴. Além disso, o primeiro – o CES – tem realizado um conjunto diversificado de projectos de investigação, numa óptica de prestação de serviços, enquanto o segundo – CEGF – se centrou fundamentalmente na publicação de fontes, contando ambos também com o seu apoio entusiástico e eficaz.

³¹ Cf “População e família nos Açores: Santa Beatriz (Quatro Ribeiras) em 1766” in *Arquipélago*, Série Ciências Sociais, nº 11-12, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998, pp. 227-248 (em colaboração com José Damião Rodrigues).

³² Cf “População e família de uma vila açoriana: as Velas da ilha de S. Jorge” in *População e Sociedade*, nº 4, Porto, CEPFAM, 1998, pp. 59-93 (em colaboração com José Damião Rodrigues e Paulo Lopes Matos).

³³ Cf “O arquipélago dos Açores como região de fronteira” in *Arquipélago História*, 2ª série, vol. IX, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2005 (em colaboração com Gilberta Pavão Nunes Rocha, José Damião Rodrigues e Albertino Monteiro).

³⁴ Para explicitar esta componente da sua vida académica, apresentamos nos Anexo III e IV, os elementos constantes no seu Curriculum Vitæ, respeitante à organização de Encontros Científicos e de Organização Editorial.

A sua participação nos projectos do CES³⁵, aqueles que acompanhámos mais directamente – não entrando agora em linha de conta com a orientação para as provas académicas –, foi-se tornando cada vez mais regular, designadamente no que respeita à investigação, sendo de realçar o seu contributo, no ano de 2004, no estudo colectivo *Imigrantes nos Açores*, no qual, entre outra colaboração, foi responsável pelo capítulo dedicado às Fontes.

“A caracterização dos movimentos migratórios é, reconhecidamente, uma tarefa difícil devido à quantidade e diversidade de informação disponível. Se no passado, o controlo dos passaportes, quer na origem, quer na chegada, era tido como um instrumento legal, e seguro, na contabilização dos que emigravam ou imigravam, hoje, face à globalização, ao tratado de Shengen na UE, ou aos acordos bilaterais, é cada vez mais difícil o controlo dos fluxos que transitam periodicamente entre cada país e cada continente. A abertura a leste por parte da UE, e a progressiva liberalização do movimento de gentes, os contactos e acordos privilegiados de Portugal com os países de expressão portuguesa, contribuem decisivamente para transformar o país, que, até há poucos anos, era de emigração num destino da imigração internacional, quer como pólo de atracção, pela disponibilidade de alguma mão-de-obra, quer pela possibilidade de ser um caminho, uma entrada, para transitar para o resto da Europa comunitária.

*A abordagem das migrações internacionais, quer na perspectiva das saídas, quer na das entradas, depara, desde logo, com o problema das fontes de informação, suporte básico de qualquer estudo que se pretenda fazer. Entre muitas outras questões, são de sublinhar as diferentes formas de captação da informação, tantas quanto as entidades envolvidas, a variedade de conceitos utilizados pelas várias entidades que recolhem os dados, com objectivos diferenciados, e, mesmo, a complexidade dos movimentos migratórios mais recentes”*³⁶.

³⁵ *A situação das mulheres nos Açores*, Ponta Delgada, Assembleia Legislativa Regional dos Açores/Universidade dos Açores, 1999. (em colaboração com Gilberta Rocha, Octávio de Medeiros, Licínio Tomás e Álvaro Borralho); *Emigração e regresso no concelho da Povoação*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da UA/Câmara Municipal da Povoação, 2003. (em colaboração com Octávio H. Ribeiro de Medeiros); *Emigração e regresso no concelho do Nordeste*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da UA, 2004 (em colaboração com Octávio H. Ribeiro de Medeiros); *Imigrantes nos Açores*, Relatório do CES, 2004, policopiado (em colaboração com Gilberta Rocha, Octávio de Medeiros e Eduardo Ferreira).

³⁶ Artur Boavida Madeira”, *Imigração – conceptualização e fontes de informação*”, in *Imigrantes nos Açores*, Relatório do CES, 2004, policopiado, p.40.

O confronto da informação disponível para os Açores, na diferenciação dos dados respeitantes aos fluxos e “stocks” e mesmo da sua comparabilidade interna, é um dos aspectos de maior importância no estudo da mobilidade deste século a nível europeu e um dos mais complexos do referido trabalho³⁷.

A Mobilidade e as Fontes de Informação são, pois, dois aspectos relativamente aos quais, como já sublinhámos, Artur Madeira sempre deu especial atenção. A esta similitude temática acresce-se, todavia, algumas diferenças. Não só a cronológica – os séculos XXI e já não os séculos XVIII e XIX – mas também de componente da mobilidade – a imigração e já não a emigração, sendo aquele, contrariamente a este último, um fenómeno bem recente no arquipélago dos Açores. O mesmo acontece relativamente ao tipo de fontes, já não os Registos Paroquiais, os Livros de Passaportes e outros documentos de carácter político, administrativo ou militar do passado, mas sim dados actuais publicados, operações estatísticas, por um lado, do Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente os recenseamentos da população de 1991 e 2001 e, por outro, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em recolha pessoal ou via Internet.

Se a problematização da emigração e da imigração confluem em termos teóricos, não deixa de haver enfoques e aprofundamentos distintos, muito especialmente, quando se trata de avaliar as consequências, nomeadamente as de ordem económica, social e cultural nas sociedades envolvidas. Tomando os Açores como pólo de referência, as primeiras são mais centradas na região de origem, ainda que não esqueça as de destino; as segundas sobrealçam as de destino, sem minimizar as de origem. Do mesmo modo, a caracterização com base em factores de ordem individual – do emigrante ou do imigrante – tem similitudes, designadamente as relativas à motivação de natureza económica, como a de desejo de ascensão social, individual ou familiar, mas também diferenças, em especial no que respeita à época histórica a tratar e, particularmente, as que nos remetem para as grandes alterações políticas que se fizeram sentir na última déca-

³⁷ As Fontes de Informação sobre a Imigração são um tema central para o conhecimento desta realidade recente em termos nacionais e regionais. Todavia, ela é uma questão de debate e trabalho permanente na União Europeia, que tem procurado uma homogeneização entre a legislação e os dados existentes nos diversos países que a integram, não tanto porque a imigração seja uma nova realidade para muitos deles, mas porque ela apresenta hoje configurações bem distintas das do passado recente. Neste sentido, o Instituto Nacional de Estatística (INE) tem colaborado com várias instituições similares a nível europeu.

da do século XX. Nestas se enquadram a passagem de sentido na mobilidade nacional e regional, modificando-nos como país e região estruturalmente de repulsão para outra de atracção demográfica.

Ainda uma outra vertente da mobilidade a que Artur Madeira não se eximiu foi a do regresso de emigrantes, como se patenteia nas publicações relativas aos Concelhos da Povoação e Nordeste, na ilha de S. Miguel, que realizou com Octávio de Medeiros³⁸. Como no estudo sobre a imigração, releva-se o conhecimento da sociedade açoriana pela voz dos que a ela chegam ou voltam, numa análise de percurso de vida que confronta a vivência e a integração em sociedades distintas – a de origem e a de destino: os motivos da partida, mas também os da chegada, as dificuldades de inserção numa e noutra, as expectativas e as realizações conseguidas em ambos os espaços territoriais. Tema de enorme actualidade internacional, encontra também nos Açores uma enorme acuidade, que se tem vindo a intensificar, em primeiro lugar com os repatriados e, mais recentemente, com o retorno compulsivo, tal como os primeiros, mas já não por razões de criminalidade mas de ilegalidade – falta de documentação – que condiciona a permanência no país de destino, independentemente da qualidade e utilidade do trabalho aí prestado.

Não obstante as diferenças temporais relativamente aos temas centrais da sua investigação científica para os séculos XVIII e XIX, os sentimentos verbalizados na actualidade propiciavam uma outra grelha de leitura, mais enriquecedora, dos documentos pessoais ou oficiais do passado que desbravou.

A problematização demográfica, na qual nos detemos em termos introdutórios, por ser central na análise científica da população e da mobilidade açoriana na obra de Artur Boavida Madeira, foi por ele estudada e aprofundada com uma abrangência diacrónica e temática quase completa e de excepcional qualidade, de que também beneficiamos. As análises críticas de toda a sua obra não caberiam neste artigo, mas são elementos de trabalho para várias ciências, mesmo na nossa, a Demografia, como na História. Todavia, procuramos sinteticamente dar conta do seu percurso neste nosso tributo, forçosamente incompleto e subjectivo, mas que cremos obteriam da sua parte, não palavras, mas um sorriso tímido e cúmplice.

³⁸ Octávio H. Ribeiro de Medeiros e Artur Boavida Madeira, *Emigração e regresso no concelho da Povoação*, ob. cit.; idem, *Emigração e regresso no concelho do Nordeste*, ob. cit.

ANEXO I

PUBLICAÇÕES

Livros (autoria e co-autoria)

***População e emigração nos Açores: 1766-1820**

Cascais, Patrimonia, 1999.

***A situação das mulheres nos Açores**

Ponta Delgada, Assembleia Legislativa Regional dos Açores/Universidade dos Açores, 1999. (em colaboração com Gilberta Rocha, Octávio de Medeiros, Licínio Tomás e Álvaro Borrvalho)

***Emigração e regresso no concelho da Povoação**

Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da UA/Câmara Municipal da Povoação, 2003. (em colaboração com Octávio H. Ribeiro de Medeiros)

***Emigração e regresso no concelho de Nordeste**

Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, 2004. (em colaboração com Octávio H. Ribeiro de Medeiros)

* **“Ilhéus açorianos na colonização do Brasil na segunda metade do século XVIII”** in Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.), *De Cabral a Pedro I. Aspectos da colonização portuguesa no Brasil*, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001, pp. 111-130.

* **“A Base Demográfica”** in Avelino de Freitas de Meneses (coord.), *Portugal: Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, volume VII da *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 385-403. (em colaboração com Maria Luís Rocha Pinto e José Damião Rodrigues).

* **“Caracterização sócio-demográfica do concelho da Povoação”**

in Octávio H. Ribeiro de Medeiros (coord.), *Povoação – Da grandeza, da miséria e do sonho*, Povoação, Câmara Municipal da Povoação, 2002, pp. 17-21.

Artigos

* **“População e família em Ponta Delgada na segunda metade de setecentos: a freguesia de São Pedro”** in *População e Sociedade*, nº 2, Porto, CEPFAM, 1996, pp. 207-228. (em colaboração com José Damião Rodrigues)

* **“A mortalidade na ilha de São Miguel na segunda metade do século XVIII”** in *História das Ilhas Atlânticas* (Actas do IV Colóquio Internacional

de História das Ilhas Atlânticas - Canárias, Outubro 1995), Funchal, CEHA/SRTC, 1997, vol. II, pp. 433-448.

* **“As Flores e o Corvo. A evolução populacional na segunda metade de Setecentos”** in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX* (Actas do Colóquio - Faial e S. Jorge - 12 a 15 de Maio de 1997), 1998, pp. 377-99.

* **“População e família nos Açores: Santa Beatriz (Quatro Ribeiras) em 1766”** in *Arquipélago*, Série Ciências Sociais, nº 11-12, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998, pp. 227-248. (em colaboração com José Damião Rodrigues)

* **“População e família de uma vila açoriana: as Velas da ilha de S. Jorge”** in *População e Sociedade*, nº 4, Porto, CEPFAM, 1998, pp. 59-93. (em colaboração com José Damião Rodrigues e Paulo Lopes Matos)

* **“As fontes demográficas de Antigo Regime nos Açores”** in *Arquipélago - História*, 2ª série, vol. III, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999, pp. 139-176.

* **“Ponta Delgada no ano de 1833: uma Relação dos Habitantes”** in *Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1999, pp. 291-319. (em colaboração com Fátima Sequeira Dias).

* **“Açorianos nas fronteiras do Brasil na segunda metade do século XVIII”** in *As Ilhas e o Brasil*, (Actas do VI Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2000, pp. 349-364.

* **“A emigração açoriana: as levas de soldados na segunda metade do século XVIII”** in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/ Universidade dos Açores, 2001, vol. II, pp. 109-130. (em colaboração com José Damião Rodrigues)

* **“O arquipélago dos Açores como região de fronteira. Emigração e estruturas demográficas”** in *Arquipélago História*, 2ª série, vol. IX, VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2005

* **“Informação demográfica nos Açores oitocentistas”** in *Actas do Colóquio, Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso - Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp. 403-424. (em colaboração com Gilberta Pavão Nunes Rocha)

* **“A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades”** in *Arquipélago - História*, 2ª série, vol. VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003, pp. 99-122. (em colaboração com Carlos Cordeiro)

* **“Rivalidades imperiais e emigração: os açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII”** in *Anais de História de Além-Mar*, Centro de História de Além-Mar/FCSH/UNL, vol. IV, 2003, pp. 247-263. (em colaboração com José Damião Rodrigues)

* **“A emigração a partir da ilha Terceira nos finais do século XIX”** in *Actas do III Colóquio – O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX: nos 550 anos da descoberta das Flores e Corvo*, 2004, pp. 295-321.

* **“Emigração e regresso: o caso dos concelhos de Nordeste e Povoação (S. Miguel – Açores)”** in *Portuguese Studies Review*, Trent University, Ontário, vol.11, nº 2, Junho 2004, pp. 205-232. (em colaboração com Octávio H. Ribeiro de Medeiros)

* **“Angra do Heroísmo - população”; “Emigração”** Entradas para a *Enciclopédia Açoriana*.

ANEXO II

PLANO DA DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO POPULAÇÃO E EMIGRAÇÃO NOS AÇORES – 1820-1864

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – AS FONTES

População e Fontes

Iniciativas, objectivos e contextos de produção

Fontes para o estudo da população açoriana

Fontes para o estudo das migrações açorianas

Movimentos populacionais e sua definição

Quantidade e qualidade da informação

O problema da clandestinidade

Rumos da investigação

Conclusão

CAPÍTULO II – A POPULAÇÃO AÇORIANA NO SÉCULO XIX (ATÉ 1864)

Perspectivas de abordagem

A população

Santa Maria

São Miguel

Terceira

Graciosa
São Jorge
Pico
Faial
Flores
Corvo
Análise comparativa

CAPÍTULO III – A EMIGRAÇÃO DAS GENTES AÇORIANAS NO SÉCULO XIX (ATÉ 1864)

Contextualização
Conjunturas políticas, sociais e económicas nas ilhas e no Brasil
Corpus legislativo
Os jovens, o serviço militar e a emigração
Dinâmica familiar de apoio à emigração
Agentes da emigração, voluntariado e aliciamento
Retorno e reemigração
A emigração em números
A emigração por sexos, idades e estado civil
A emigração na origem
A emigração familiar: acompanhantes e parentes estabelecidos
Quadros familiares precários: expostos, órfãos e ilegítimos
Situação socioprofissional e alfabetização
Sazonalidade: movimento anual e ritmos mensais
Conclusão

CONCLUSÃO

FONTES E BIBLIOGRAFIA

APÊNDICES

APÊNDICE DOCUMENTAL I – A POPULAÇÃO AÇORIANA EM NÚMEROS

Contempla a transcrição de toda a documentação numérica, de carácter populacional, abrangida por esta investigação.

APÊNDICE DOCUMENTAL II – A EMIGRAÇÃO AÇORIANA EM TEXTOS E CONTEXTOS

Este apêndice surge como um repositório da documentação produzida, ao longo de oitocentos, em torno da emigração açoriana. Inclui documentos ofi-

ciais – como, por exemplo, textos legislativos, opiniões dos governadores civis –, correspondência particular entre emigrantes e familiares e, ainda, artigos de opinião publicados na imprensa regional.

ANEXO III

ORGANIZAÇÃO DE ENCONTROS CIENTÍFICOS

- Comissão Organizadora do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal, 1999, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores e Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.

- Comissão Organizadora do Colóquio comemorativo de Ernesto do Canto, 2000, Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada.

- Comissão Organizadora do Colóquio Dos Açores às fronteiras do Brasil, 2000, Praia da Vitória, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores, Centro de História de Além-Mar e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

- Comissão Organizadora do Colóquio Os Açores e as configurações do Atlântico, 2001, Praia da Vitória, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores, Centro de História de Além-Mar e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

- Comissão Organizadora do Colóquio Portugal e a governação das ilhas, 2002, Praia da Vitória, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores, Centro de História de Além-Mar e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

- Comissão Organizadora do Colóquio As ilhas e a economia do Atlântico, 2003, Praia da Vitória, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores, Centro de História de Além-Mar e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

- Comissão Organizadora do Colóquio Construção e dinâmica das sociedades atlânticas, 2004, Praia da Vitória, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores, Centro de História de Além-Mar e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

ANEXO IV

PARTICIPAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO EDITORIAL

* Revista Arquipélago-História, 2ª série, vol. I (1-2), Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, 1995 (em memória de Maria Olímpia da Rocha Gil).

* Revista Arquipélago-Ciências Sociais, N° 11-12, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, 1998 (em homenagem ao Prof. Doutor Francisco Carmo).

* Actas do Colóquio comemorativo dos 450 anos da cidade de Ponta Delgada, (realizado entre 17 e 21 de Março de 1997 na Universidade dos Açores), Ponta Delgada, 1999.

* Revista Arquipélago-História, 2ª série, vol. IV (1-2), Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, 2000 (em memória de Ernesto do Canto).

* Revista Arquipélago-História, 2ª série, vol. V, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, 2001.

* Actas do Colóquio, Ponta Delgada. Cinco Séculos de Concelho (1499-1999), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Câmara Municipal de Ponta Delgada

* Revista Arquipélago-História, 2ª série, vol. VI, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, 2002.

* Revista Arquipélago-História, 2ª série, vol. VII, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, 2003.

* Revista Arquipélago-História, 2ª série, vol. VIII, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, 2004.